

OS MEIOS DE COMUNICAÇÕES, A OPINIÃO PÚBLICA E A SEGURANÇA NACIONAL

Ten Cel PAULO CORREIA JUNIOR
Escola Preparatória de Cadetes do
Exército

1 — GENERALIDADES

As comunicações estão inseparavelmente ligadas ao homem. Elas constituem a própria essência da natureza humana, pois na História da Evolução da ordem dos primatas, os antropóides só podem ser considerados *hominidas*, nas suas formas atuais ou extintas, se capazes de mutuamente transmitir idéias através de símbolos. Assim, as comunicações deram e dão o caráter essencialmente "humano", desde o mais primitivo ao mais evoluído dos homens. Os meios simbólicos usados para transmitir e receber as idéias evoluíram da mimica para os sons vocais, dos sons para sinais gráficos, para a imagem fotográfica e televisada e hoje encontramos-nos utilizando os satélites artificiais para os mesmos fins. Estes meios de comunicações encurtam as distâncias de tal forma que é possível a interligação direta entre pessoas situadas em quaisquer pontos da terra, pois a tecnologia de vanguarda, que segue seu curso em progressão geométrica, inclui e está intimamente ligada às comunicações. Assim, aquêle que se utiliza dos meios de comunicações desta tecnologia pode ser caracterizado como o ser mais avançado da espécie humana.

Muitos foram os pensadores que trataram abstrativamente da passagem do "homem natural" para a condição de "homem político" procurando esclarecer a origem e os fundamentos do Estado, mas a História nos dá eloquentes exemplos de que os meios de comunicações permitiram a sedimentação das aspirações das comunidades e foi condição imprescindível para a execução da organização política das nações, que é o *Estado*.

O Egito Antigo assinala a existência do primeiro grande Estado que a História registra e não é por acaso que os limites deste Império não se afastavam do Nilo, que era o seu meio de comunicação e de transporte. A formação e a manutenção do Império Inca, bem como a de sua máquina administrativa, que reunia sob seu cetro regiões e povos tão distantes e variados, não é concebível, se

desprovido, o Império, dos meios de comunicações — a Estrada do Sol e especialmente os correios chamados "chasqui", allados a um peculiar sistema de transmissão de idéias, os quipos — efficientísimos de que dispunha.

Estas considerações nós as fizemos, não só para evidenciar a importância dos meios de comunicações, como para mostrar a interligação entre eles e o Estado. Não nos alongaremos sobre os seus efeitos na produção, nos negócios e no comércio, vale dizer na economia, porque isto foge aos precipuos objetivos deste trabalho.

2 — A OPINIÃO PÚBLICA — SEU VALOR

Os Estados, conforme sejam democráticos ou totalitários, consideram de maneira diferente a Opinião Pública. Nestes últimos ela tem importância variável e não é raro que a pergunta de Maquiavel — "mais vale (o príncipe ou rei ou Governo) ser amado que temido (pelo povo) ou temido que amado?" seja ainda posta em pauta, e resulte em opção para a segunda hipótese. Nesses países, geralmente ou ela é conduzida ou mostra-se particularmente insegura, porque quase sempre é mal informada. Esta é a razão pela qual, neste estudo, não levaremos em consideração a Opinião Pública das nações sob regime totalitário, pois o caráter histórico do povo brasileiro repele o totalitarismo e inclina-se pelo liberalismo.

No pólo oposto, o democrático, pelo contrário, ela (opinião pública) encontra-se entre os mais altos valores nacionais e, pelo menos, teoricamente, deve ser o verdadeiro e único móvel das ações internas e externas do Estado. Convém lembrar que na origem, a palavra *democracia* significa *governo do povo*. Assim é que os helenos, os introdutores deste tipo de prática de administração da comunidade a encaravam e executavam, pois as suas cidades-Estados eram de tamanho reduzido, permitindo que funcionassem como uma grande família. Aristóteles dizia que o Conselho dos Cidadãos não devia exceder à capacidade de um orador *sem megafone* fazer-se ouvir por toda a Assembléa. Já na época do florescimento do liberalismo, J. J. Rousseau mostrou-se surpreso ao ver os franceses agitarem-se pensando em pôr em prática as idéias que ele divulgara em suas numerosas obras, pois acreditava que elas pudessem ser aplicadas unicamente nos pequenos Estados. Outros filósofos liberais contemporâneos do autor de *O Contrato Social* pensavam da mesma forma. Concluimos, então, que tanto os helenos da Antiguidade como os autores liberais do século XVIII tinham em mente uma forma de governo onde a participação do povo era direta ou quase direta. Entretanto, tudo isto colocado na roda do tempo evoluiu, e a prática foi aplicando progressivamente aquelas idéias democráticas junto de povos em condições diferentes daqueles onde elas nasceram ou diferentes dos considerados em condições de aplicá-las.

Hoje vivemos num mundo onde aquêles conceitos são considerados ultrapassados, pois a extensão geográfica e a numerosa população dos Estados só permitem a prática da chamada *democracia representativa*. Neste caso a participação do povo se faz de maneira muito indireta, através de delegados que recebem poderes determinados para, por certo prazo, agir junto ao Governo em seu nome. É por êste aspecto, comum à nossa época no que tange a forma de governo considerada, que cresce a importância dos meios de comunicações como um instrumento indispensável à Opinião Pública e que permite a esta reforçar ou enfraquecer a Segurança Nacional. Dentro desta ordem de idéias encontramos-nos no centro do assunto objeto dêste estudo.

3 — SEGURANÇA NACIONAL — ALGUNS ASPECTOS

Conforme já foi visto em conferências anteriores e está meridianamente esclarecido nas apostilas da ADESG, agora ressaltamos que

“Segurança Nacional é o grau relativo de garantia, que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para a consecução ou manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos ou opressões, existentes ou potenciais”.

Ressaltamos também que a Segurança Nacional compreende a Segurança Interna e a Segurança Externa.

Ora, da observação apurada do que foi ressaltado resulta que os Objetivos Nacionais ocupam a parte essencial da Segurança Nacional. Mas, pergunta-se, podem êsses Objetivos ser atingidos e mantidos, sem a compreensão ou com o alheamento da Opinião Pública? Dificilmente, respondemos, porém, se atingidos e mantidos dentro destas condições, o serão sempre em estado precário. E, conseqüentemente, precária, será a Segurança Nacional. É lícito asseverar, portanto, que esta Segurança depende sensivelmente de uma Opinião Pública esclarecida quanto àqueles Objetivos.

É muito difícil, em nações populosas, contar com uma Opinião Pública perfeitamente segura em tôdas as questões e disso decorre que nos pontos essenciais também é de se prever que o povo se divida sôbre as melhores soluções. Por outro lado, as condições psicossociais do povo podem predispor-lo mais ou menos para se interessar pelos problemas de maior premência para a comunidade nacional. Em países de grande extensão territorial torna-se ainda mais difícil contar com o interesse e a compreensão do povo em geral para os Objetivos Nacionais, pois as diferenças regionais assumem maior importância e com elas as preocupações do homem com as questões que se lhe apresentam mais próximas e constantes.

Surge, neste caso, uma tendência para a dispersão da atenção dos cidadãos para a solução dessas questões regionais, tendência essa que vem atuar como uma força centrífuga em relação aos Objetivos Nacionais, os quais devem ter a prioridade das atenções de todos os cidadãos. Conseqüentemente, todos esses aspectos: divisão da Opinião Pública; maior ou menor tendência do povo pelo interesse pelos problemas da comunidade nacional; a extensão territorial e as diferenças regionais (da geografia e do povo), que são apenas alguns, contribuem, ponderavelmente, para aumentar ou diminuir o grau de garantia que o Estado pode proporcionar à Nação.

Ora, em todos esses aspectos, que pesam na Segurança Nacional, os lados negativos podem ser minimizados pelo Instrumento representado pelos meios de comunicações, no sentido em que ele serve ao esclarecimento da Opinião Pública, levando e recebendo os informes e informações com a rapidez e constância que a tecnologia atual permite. Eles tornam possível aos povos o conhecimento de si próprios, de suas capacidades e limitações, aumentando desta forma a força social dos mesmos; tornam possível, aos povos que não o fizeram, uma tomada de consciência da realidade em que se encontram; tornam possível, ainda, o conhecimento dos verdadeiros problemas que afligem as sociedades.

Terão portanto reforçada a sua Segurança, as nações que dispuserem de abundância de meios de comunicações permitindo a aproximação das distâncias e a fácil transmissão de idéias entre cidadãos das mais afastadas localizações em seus países, e, contrariamente estarão debilitadas as nações cujos meios de comunicações forem deficientes. No campo da política externa, permanece a validade desta afirmação, pois nesta época em que vivemos maior se torna a interdependência entre as nações e, a Opinião Pública dentro de cada uma, deve ter consciência deste fato e acompanhar especialmente o que, no mundo exterior, estiver interligado aos Objetivos Nacionais.

4 — CONSIDERAÇÕES

Para que se obtenha um elevado grau de Segurança Nacional, é ideal a existência de Uma Opinião Pública una, coesa, integralmente esclarecida e interessada pois "se faz imprescindível um perfeito entendimento e colaboração entre os que fazem, cumprem e impõem o regime, como expressão de vontade da nação" (apostila Doutrina de Segurança Nacional da ADESG). Estas condições permitem "garantir a consecução dos Objetivos Nacionais contra antagonismos externos e internos" (Decreto-lei nº 314, de 13-3-1967). Sabemos entretanto que é utópica a existência de uma Opinião Pública com aquelas características ideais. Entretanto, a quem pretenda o progresso, é uma imposição a perseguição de seus ideais. Nos dias atuais, percebemos que as nações evoluídas seguem uma política externa e interna cada vez mais de acordo com o que pensa a maioria da população no

momento considerado. Isto costuma ser feito pela observação das pesquisas de opinião e pela consulta direta à Opinião Pública. Os exemplos são numerosos. Na grande potência norte-americana, notamos uma predisposição dos homens públicos, observarem e seguirem a linha do pensamento nacional conhecida pelas pesquisas realizadas por vários Órgãos idôneos. A França tem-se valido com mais frequência dos chamados "referendum". O Brasil já se valeu deste último tipo de consulta à Opinião Pública para atingir o objetivo de indiscutível valor para a Segurança Nacional. São modos do Governo agir com segurança para garantir Segurança à nação, quando tem que adotar soluções cronologicamente afastado da época das eleições, que por si só são uma manifestação do modo de pensar da mesma, de seus desejos e de suas aspirações. Entretanto, esse modo de agir resultaria nulo ou deficiente se a massa populacional não compreendesse ou não fosse esclarecida sobre as questões em pauta. É fácil esclarecê-la? Nos tempos de Atenas Antiga seria, pois como vimos, bastaria que os oradores favoráveis ou adversários das teses propostas falassem, sem megafone, ao conjunto dos cidadãos reunidos, em praça pública. A realidade atual, porém, é muito outra e para uma eficaz mobilização da Opinião Pública, os meios de comunicações são imprescindíveis e a eficácia deles deve ser tanto maior quanto maior for a extensão geográfica do país e maiores forem as diferenças étnicas e psicossocial do seu povo. São portanto estes meios que permitem a unidade, tanto quanto for possível da Opinião Pública, bem como a sua integração, e pelo menos, o seu esclarecimento e o seu interesse. De nada vale consultar uma Opinião Pública insegura, despreparada e mal informada.

Quanto à quantidade e qualidade das informações que podem ser levadas à massa populacional, temos que destacar não só a sua importância, como dizer que a maior quantidade e a variada qualidade só podem trazer benefícios, pois, como diz o provérbio "da discussão nasce a luz". Isto implica em que, salvo casos excepcionais da alçada da Segurança Nacional, os meios de comunicações devem ser livres e ficar ao alcance de todas as pessoas físicas e jurídicas. O controle pelo Estado ou por grupos monopolizadores destes meios é contrário aos fins daquela Segurança e atenta contra as bases do sistema democrático. Este é um ponto nevrálgico para o qual as atenções das elites devem estar permanentemente em estado de alerta.

Cumpra ainda observar que um movimento revolucionário vem ganhando corpo em certas regiões do Mundo. Trata-se de ações de minorias nacionais ativas e atuantes que procuram subverter a ordem social estabelecida, cuja manutenção interessa à comunidade. Estas ações destas minorias tornam-se mais fáceis quando junto de povos que, mesmo sendo diametralmente contrários aos fins daqueles revolucionários, desconhecem os Objetivos Nacionais, de maneira parcial ou total. E tanto mais fácil será a ação dessas minorias quanto, aliado

aos fatores já apontados, maior fôr a extensão territorial e variada a densidade populacional do país onde se encontram agindo. Assim, aumenta consideravelmente a importância dos meios de comunicações para mobilizar a Opinião Pública e para aproximar todos os cidadãos de cada país em torno da defesa de sua cultura e de tudo o que lhes é caro, evitando o domínio pela força e violência, de um grupo minoritário e de interesses inconfessáveis. Secundariamente aquêles meios ainda contribuem para o melhor êxito no combate direto contra essas minorias revolucionárias.

5 — CONCLUSÃO

A Opinião Pública, como o grande móvel das ações do Estado que é, está na dependência dos meios de comunicações para ser esclarecida quanto aos Objetivos Nacionais. Se verdadeiramente esclarecida, contribuirá para a consecução deles com a sua aprovação e colaboração, o que significa que os antagonismos serão menores ou suavizados.

Podemos afirmar que a Segurança Nacional, sem desprezar outros fatores, é diretamente proporcional à eficiência dos meios de comunicações de que dispõe a Nação. Podemos afirmar ainda que esta proporção aumenta na razão direta das diferenças étnicas, quando existentes, e psicossociais e da extensão territorial do País. E, finalizando, afirmamos que a ação dos meios de comunicações junto à Segurança Nacional é a que corresponde a um Instrumento a serviço da Opinião Pública. Pode-se estabelecer uma equação correspondente ao que afirmamos e ela é a que se segue:

- SN — Segurança Nacional
- MC — Meios de Comunicações
- Y — Outros fatores conhecidos
- K — Fatores indeterminados.

$$SN = K(MC)Y$$

6 — BIBLIOGRAFIA

- CHEVALIER, JEAN-JACQUES — As Grandes Obras Políticas.
 PASTORE, JOHN O. — A História das Comunicações.
 ROUSSEAU, JEAN-JACQUES — Discursos.
 — O Contrato Social.
 TOYNBEE, ARNOLD J. — Helenismo.
 PRESCOTT, W. — A conquista do Peru.
 LINTHON, RALP — O homem, uma introdução à Antropologia.
 ADESG — Apostilas
 TAVARES, A. DE LIRA — Segurança Nacional.

A guerra, como quase tudo na vida, é uma ciência aprendida e aperfeiçoada por meio da perseverança e da diligência, com tempo e paciência.